Livelo S. A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados dos exercícios	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No exercício, a Livelo S.A. registrou lucro líquido de R$ 458,7 milhões, patrimônio líquido de R$ 508,9 milhões e ativos totais de R$ 4,4 bilhões.

Deste resultado, a Sociedade alocou para a distribuição de dividendos conforme previsto em estatuto de 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

Em 2021, trabalhamos incansavelmente para aumentar as possibilidades de escolha do nosso participante com acúmulo e resgates dos seus pontos, mostrando que somos uma empresa multicanal, com as melhores opções de produtos de catálogo, viagens, serviços, a Livelo no mundo físico e a entrada no nosso portfólio de serviços financeiros, com o "Pontos Viram Dinheiro".

Para 2022, nosso modelo - escalável, dinâmico e lucrativo - é capaz de oferecer a melhor experiência de acúmulo e resgate de pontos. Com isso, avançaremos cada vez mais no engajamento dos nossos participantes trazendo melhoria contínua na proposta de valor do ponto Livelo, fortalecendo nosso portfólio de serviços financeiros, com o lançamento do nosso Marketplace.

A Livelo está comprometida com projetos que visam contribuir com o bem-estar de toda a sociedade. Como nosso negócio tem como premissa transformar pontos em recompensas, entendemos que isso também inclui apoiar causas e comunidades que necessitam de suporte.

Em março de 2021 foi realizada a primeira ação do ano, Semana de conscientização sobre Síndrome de Down, que foi seguida de mais 11 campanhas, totalizando 14.484.200 pontos doados pela Livelo.

Houve também duas iniciativas de programa voluntário para os colaboradores: Dia das Crianças, onde foram apadrinhadas 117 crianças da ONG Vila Ilhéus e doadas 82 cestas básicas para as famílias e o Natal, que totalizou 104 cartas adotadas, com brinquedos distribuídos e doação de 192 cestas básicas.

Reforçamos que a estratégia da Sociedade para 2022 é a de continuar a melhoria da experiência do participante e o desenvolvimento de projetos estratégicos que garantam o crescimento sustentável de curto a longo prazo.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Administração

Barueri, 24 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Acionista, ao Conselho da Administração e aos Adinistradores da
Livelo S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Livelo S.A. ("Companhia" ou "Livelo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Livelo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Livelo S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.510.183	3.213.040	Fornecedores	14	95.096	8.401
Contas a receber	**6**	**461.240**	**356.188**	Contas a pagar operacionais	15	165.765	117.348
Contas a receber		464.728	358.545	Salários e encargos	16	29.087	23.973
Provisão de perdas esperadas		(3.488)	(2.357)	Dividendos a pagar	24.d	113.978	64.955
Impostos a recuperar	7	169.013	66.477	Impostos e contribuições a recolher	17	22.928	15.469
Despesas antecipadas	8	3.423	1.875	Passivos contingentes	20	725	698
Depósitos judiciais	11	12	155	Obrigações com parceiros	18	3.357.381	3.066.489
Adiantamento a fornecedores	9	117.722	14.326	Arrendamento mercantil a pagar	21	1.885	2.714
Outros créditos	10	4.726	1.383	Outras contas a pagar	19	80.592	58.955
Total do ativo circulante		**4.266.319**	**3.653.444**	**Total do passivo circulante**		**3.867.437**	**3.359.002**
Depósitos judiciais	11	20.044	19.270	Salários e encargos	16	6.178	2.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	106.075	94.642	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	2.879	2.192
Despesas antecipadas	8	3.908	888	Arrendamento mercantil a pagar	21	5.051	9.205
Outros créditos	10	-	567	Passivos contingentes	20	20.151	19.282
Imobilizado	12	12.860	17.684	**Total do passivo não circulante**		**34.259**	**33.306**
Intangível	13	1.343	710				
Total do ativo não circulante		**144.230**	**133.761**	**Patrimônio líquido**			
				Capital social	24.a	139.100	139.100
				Reserva legal	24.b	27.820	25.021
				Outras reservas de lucros	24.c	341.933	230.776
				Total do patrimônio líquido		**508.853**	**394.897**
Total do ativo		**4.410.549**	**3.787.205**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**4.410.549**	**3.787.205**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Livelo S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional	26	**2.868.386**	**2.024.518**
Custo com resgate de pontos	27	(1.998.723)	(1.431.652)
Lucro bruto		**869.663**	**592.866**
Despesas operacionais			
Pessoal	28	(109.460)	(82.312)
Gerais e administrativas	29	(239.862)	(193.091)
Outras receitas / (despesas)	30	(6.780)	564
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**513.561**	**318.027**
Receitas financeiras	31	182.145	101.420
Despesas financeiras	31	(13.924)	(21.737)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**681.782**	**397.710**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	25.a	(233.818)	(119.151)
Diferidos	25.a	10.746	(5.064)
Lucro dos exercícios		**458.710**	**273.495**
Lucro por lote de mil ações em R$		**3,2977**	**1,9662**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Livelo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado dos exercícios	**458.710**	**273.495**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**458.710**	**273.495**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Livelo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucro dos períodos	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Outras reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**139.100**	**11.346**	**35.911**	**-**	**186.357**
Lucro do exercício		-	-	-	273.495	273.495
Reserva legal	24.b	-	13.675	-	(13.675)	-
Reserva estatutária	24.c	-	-	194.865	(194.865)	-
Dividendos propostos	24.d	-	-	-	(64.955)	(64.955)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**139.100**	**25.021**	**230.776**	**-**	**394.897**
Lucro do exercício		-	-	-	458.710	458.710
Reserva legal	24.b	-	2.799	-	(2.799)	-
Reserva estatutária	24.c	-	-	341.933	(341.933)	-
Dividendos adicionais	24.d	-	-	(230.776)	-	(230.776)
Dividendos propostos	24.d	-	-	-	(113.978)	(113.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**139.100**	**27.820**	**341.933**	**-**	**508.853**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Livelo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro dos exercícios		**458.710**	**273.495**
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.a	(10.746)	5.064
Depreciações / amortizações	29	5.237	6.180
Perdas na alienação do imobilizado	12	3.788	736
Provisão para perdas esperadas		6.628	(140.246)
Passivos contingentes		896	4.411
Juros sobre arrendamento	21	1.004	806
(Aumento) / redução nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(106.183)	103.790
Impostos a recuperar		(102.536)	(18.002)
Despesas antecipadas		(4.568)	(805)
Adiantamento a fornecedores		(108.893)	217.723
Outros créditos		(2.776)	(1.755)
Depósitos judiciais		(631)	(5.159)
Fornecedores		86.695	3.873
Contas a pagar operacional		48.417	(28.785)
Salários e encargos		8.665	8.454
Impostos e contribuições a recolher		302.547	138.715
Impostos pagos		(295.088)	(154.998)
Obrigações com parceiros		290.892	499.896
Outras contas a pagar		21.637	35.551
Arrendamento mercantil a pagar	21	(5.987)	(3.272)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**597.708**	**945.672**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível		(4.834)	(1.329)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(4.834)**	**(1.329)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(295.731)	(179.661)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(295.731)**	**(179.661)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**297.143**	**764.682**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		3.213.040	2.448.358
Saldo final		3.510.183	3.213.040
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**297.143**	**764.682**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Livelo S.A. ("Sociedade" ou "Livelo") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil que tem como acionista controlador a Elo Participações Ltda. ("EloPar") (que tem como controladores finais Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.). O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512, 1º andar, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Sociedade tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Sociedade e/ ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2022.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão apresentadas abaixo:

- *Breakage*:

Receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage.*

- Realização dos créditos e débitos tributários:

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Sociedade na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

- Perda de crédito esperada:

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

- Avaliação das provisões de contingências trabalhistas, cíveis e tributárias:

A Sociedade possui processos trabalhistas, cíveis e tributárias em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI"): uma das condições para se classificar um instrument Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outa forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio
A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.
A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas
- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;

- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivo financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou;
- a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros
Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Sociedade atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para terminar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior – ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças forem feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Sociedade atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Sociedade aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Despesas antecipadas

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e

ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos – Desenvolvimentos internos (Lei 11.638/07/CPC 04)	5 anos
Software e licenças de uso.	5 anos

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

f1. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber
A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes

dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

f2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

h. Ativos e passivo contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

- **Ativos contingentes -** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- **Passivos contingentes** – Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis são reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

i. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Livelo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Livelo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

O reconhecimento da receita reflete o volume de pontos resgatados cuja as origens são substancialmente decorrentes dos saldos de pontos dos clientes dos controladores indiretos Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Sendo todos os itens acima avaliados e submetidos as mudanças decorrentes da adoção do CPC 47 que estabeleceu novo procedimento de reconhecimento de receitas de contratos com clientes.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

k. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Sociedade não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento da Livelo incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Sociedade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

l. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	1.533	1.126
Fundos de investimentos (a)	2.862.755	2.693.528
Certificado de depósito bancário - CDB (b)	645.895	518.386
	3.510.183	**3.213.040**
Circulante	3.510.183	3.213.040
Não circulante	-	-

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos administrados pela o Banco Bradesco S.A. e BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. .

(b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que as operações foram efetuadas com o propósito de serem ativa e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

As aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa n° 22.

5 Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

		2021		2020	
Categoria de instrumentos financeiros	**Classificação**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Caixa e Bancos	Custo amortizado	1.533	-	1.126	-
Fundos de investimentos	VJR	2.862.755	2.862.755	2.693.528	2.693.528
Certificado de depósito bancário - CDB	VJR	645.895	645.895	518.386	518.386
Contas a receber	Custo amortizado	461.240	-	356.188	-
		3.971.423	**3.508.650**	**3.569.228**	**3.211.914**

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação

Categoria de instrumentos financeiros	**Classificação**	**2021**	**2020**	**Nível**
Fundos de investimentos	VJR	2.862.755	2.693.528	Nível 2
Certificado de depósito bancário - CDB	VJR	645.895	518.386	Nível 2
		3.508.650	**3.211.914**	

(a) **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

• O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
• O uso de preços de cotas de fundos divulgados pelos respectivos administradores.

• para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

6 Contas a receber, líquido de perdas esperadas

	2021	2020
Contas a receber partes relacionadas (NE 22)	402.038	320.698
Contas a receber de clientes	62.690	37.847
Provisão para perdas esperadas	(3.488)	(2.357)
	461.240	**356.188**

A provisão de perda esperada de clientes da Sociedade, são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Sociedade dispõem de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de *"default"*. A movimentação da perda esperada é como segue:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	**(2.357)**	**(1.881)**
Acréscimos	(4.184)	(4.376)
Baixas	3.053	3.900
Saldo no final do exercício	**(3.488)**	**(2.357)**

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados à Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Títulos e Valores Mobiliários.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a instituição incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 32.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas caracteristicas individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos.

A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construidos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos.

A carteira à receber da instituição observa baixos índices históricos de inadimplencia, desta maneira classificada como *Low Default Portfolio (LDP)*. Estas classes de carteiras, devido a boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

Na data de encerramento do exercício, 31 de dezembro de 2021, a instituição apurou contratos em inadimplencia com vencimentos acima de 60 (Sessenta) no montante total de 65,4 (R$/Mil) que corresponde a um índice de aproximadamente 0,01% de toda exposição ao risco de crédito.

O modelo de perda esperada considera na sua apuração as variáveis de PD (Probability of Default) com base em modelagem interna que combina consultas a informações de Bureau externos, e EAD (Exposure at Default) a qual representa o valor de exposição ao risco de crédito apurado na data de sua mensuração, em conjunto com as técnicas de *Override* para redução de exposição considerando instrumentos de mitigação de riscos formalizadas nos contratos unilaterais com as respectivas contrapartes.

Dadas as características do modelo de negócio da instituição, a modelagem para mensuração da provisão para perdas esperadas utiliza método adaptado considerando as variáveis de EAD e PD apuradas no momento do calculo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas, e suas respectivas provisões calculadas:

31 de dezembro de 2021	**Saldo de exposição ao risco de crédito**	**Taxa média ponderada de perda esperada**	**Provisão para perda esperada**
Contas a receber	431.472	0,8%	3.488
Estoque de pontos antecipados (a)	124.582	5,9%	7.310
Instrumentos financeiros (b)	645.895	0,0%	-
Total	**1.201.949**		**10.798**

31 de dezembro de 2020	**Saldo de exposição ao risco de crédito**	**Taxa média ponderada de perda esperada**	**Provisão para perda esperada**
Contas a receber	321.962	0,7%	2.357
Estoque de pontos antecipados (a)	15.797	11,5%	1.813
Instrumentos financeiros (b)	518.386	0.0%	-
Total	**856.145**		**4.170**

(a) Estoque de Pontos Antecipados: Exposição ao risco decorre da compra de pontos antecipados junto a parceiros da instituição, com direito de uso futuro. Valores contabilizados no grupo de contas 'Adiantamento a Fornecedores' vide nota explicativa nº 9.

(b) Instrumentos financeiros não apresentam classificação do ativo para elegibilidade ao cálculo de perda esperada conforme as diretrizes do CPC-48 (IFRS9).

7 Impostos a recuperar

	2021	**2020**
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.002	453
Impostos a compensar	35.105	320

Antecipação IRPJ	59.344	22.321
Antecipação CSLL	18.711	6.790
Outros (a)	54.851	36.593
	169.013	**66.477**

(a) Refere-se substancialmente a valores de crédito de PIS e COFINS a recuperar que serão utilizados na redução do valor destes impostos.

8 Despesas antecipadas

	2021	**2020**
Contratos de manutenção	7.237	2.417
Aluguel	91	85
Patrocínio	-	250
Outras	3	11
	7.331	**2.763**
Circulante	3.423	1.875
Não circulante	3.908	888

9 Adiantamento a fornecedores

	2021	**2020**
Compra de pontos antecipada (a)	124.622	15.797
Adiantamento a fornecedores	410	342
Provisão para perdas esperadas	(7.310)	(1.813)
	117.722	**14.326**
Circulante	**117.722**	**14.326**
Não circulante	**-**	**-**

(a) Refere-se a estratégias comerciais da Sociedade na aquisição de pontos com parceiros.

O detalhamento da provisão para perdas esperadas está descrito na Nota Explicativoa 6.a..

A movimentação da perda esperada é como segue:

	2021	**2020**
Saldo no início do exercício (a)	**(1.813)**	**(142.534)**
Acréscimos	(10.841)	(7.992)
Baixas	5.344	148.714
Saldo no final do exercício	**(7.310)**	**(1.813)**

(a) A Livelo efetuou a reversão de provisões e o consequente reconhecimento de perdas no montante de R$ 141.006.

10 Outros créditos

	2021	**2020**
Adiantamento a funcionários	4.726	1.949

Adiantamento a terceiros	-	1
	4.726	**1.950**
Circulante	4.726	1.383
Não circulante	-	567

11 Depósitos judiciais

	2021	**2020**
Devedores por depósitos em garantias fiscais	20.044	19.270
Bloqueio judicial	12	155
	20.056	**19.425**
Circulante	12	155
Não circulante	20.044	19.270

12 Imobilizado

	2021			**2020**
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Instalações	1.965	(1.094)	871	1.068
Móveis e equipamentos de uso	2.070	(864)	1.206	1.410
Software e aplicativos	14.718	(11.136)	3.582	2.119
Equipamentos de informática e telecomunicações	544	(496)	48	80
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.858	(1.904)	954	1.456
Direitos de uso sobre bens	11.206	(5.007)	6.199	11.551
	33.361	**(20.501)**	**12.860**	**17.684**

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado é conforme segue:

	Saldo final 31.12.2020	**Adições**	**Baixas/ transferências**	**Depreciação**	**Saldo Final 31.12.2021**
Instalações	1.068	1	-	(198)	871
Móveis e equipamentos de uso	1.410	-	-	(204)	1.206
Software e aplicativos	2.119	3.045	-	(1.582)	3.582
Equipamentos de informática e telecomunicações	80	-	-	(32)	48
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.456	-	-	(502)	954
Direitos de uso sobre bens	11.551	536	(3.788)	(2.100)	6.199
	17.684	**3.582**	**(3.788)**	**(4.618)**	**12.860**

No exercício de 2021 foram realizadas baixas nos ativos imobilizados no montante de R$ 3.788 (R$ 736

em 2020).

13 Intangível

	2021			2020
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Software e licenças de uso	2.552	(1.209)	1.343	710
	2.552	**(1.209)**	**1.343**	**710**

A movimentação dos saldos do intangível é conforme segue:

	Saldo final 31.12.2020	**Adição**	**Amortização**	**Saldo final 31.12.2021**
Software e licenças de uso	710	1.252	(619)	1.343
	710	**1.252**	**(619)**	**1.343**

Nos exercícios de 2021 e 2020, não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

14 Fornecedores

	2021	**2020**
Fornecedores (a)	95.081	8.081
Outros	15	320
	95.096	**8.401**
Circulante	95.096	8.401
Não circulante	-	-

(a) Refere-se substancialmente a aquisição pontos com parceiros

15 Contas a pagar operacionais

	2021	**2020**
Contas a pagar operacionais	165.765	117.348
	165.765	**117.348**
Circulante	165.765	117.348
Não circulante	-	-

São registrados os valores a serem repassados aos parceiros de vendas através do resgate dos pontos pelos usuários.

16 Salários e encargos

	2021	**2020**
Gratificações	23.937	17.978
Provisão de férias	5.664	4.452
Encargos sociais	4.701	3.486
Outros	963	684

	35.265	**26.600**
Circulante	29.087	23.973
Não circulante	6.178	2.627

17 Impostos e contribuições a recolher

	2021	**2020**
IRRF a recolher	2.494	1.620
COFINS	15.891	11.016
PIS	3.379	2.373
ISS	118	33
INSS	4	8
Outros	1.042	419
	22.928	**15.469**
Circulante	22.928	15.469
Não circulante	-	-

18 Obrigações com parceiros

	2021	**2020**
Receita diferida de pontos (a)	3.170.103	2.875.824
Custo de resgate de pontos	185.702	189.284
Provisão pontos doados	1.576	1.381
	3.357.381	**3.066.489**
Circulante	3.357.381	3.066.489
Não circulante	-	-

(a) Refere-se ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

19 Outras contas a pagar

	2021	**2020**
Provisão de marketing	43.582	30.181
Desenvolvimento, manutenção e suporte (a)	26.268	20.714
Serviços profissionais	7.139	3.354
Comissão	3.256	3.931
Outras contas a pagar	347	775
	80.592	**58.955**
Circulante	80.592	58.955
Não circulante	-	-

(b) Refere-se substancialmente a valores de infraestrutura (banco de dados, *data center*, prevenção a fraude).

20 Passivos contingentes

Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é

suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b. Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c. Obrigações legais – tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	2021	**2020**
Tributárias	20.151	19.282
Cíveis	725	698
	20.876	**19.980**
Circulante	725	698
Não circulante	20.151	19.282

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Saldo final 31.12.2020	**Adições**	**Baixas**	**Atualizações monetárias**	**Saldo final 31.12.2021**
Tributárias	19.282	93	-	776	20.151
Cíveis	698	1.472	(1.445)	-	725
	19.980	**2.341**	**(1.445)**	**776**	**20.876**

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente.

	2021	2020
Trabalhistas	151	239
Cíveis	1.149	2.119
	1.300	**2.358**

21 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos da Sociedade que estão dentro do escopo do CPC 06 (R2) são:

	Saldo arrendamento CPC 06					
	Saldo final 31.12.2020	**Adição**	**Baixas**	**Aluguéis**	**Juros**	**Saldo final 31.12.2021**
Arrendamento mercantil	11.919	536	(3.788)	(2.735)	1.004	6.936
	11.919	**536**	**(3.788)**	**(2.735)**	**1.004**	**6.936**
Circulante	2.714					1.885
Não circulante	9.205					5.051

22 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.), acionista direto (Elo Participações Ltda) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Cielo S.A., Alelo S.A., Elo Serviços S.A. e o Banco Digio S.A.

	2021		2020	
	Ativo (Passivo)	**Receitas (Despesas)**	**Ativo (Passivo)**	**Receitas (Despesas)**
Caixa e equivalentes de caixa (a)				
Banco Bradesco S.A.	1.840.594	(84.387)	1.503.791	(46.308)
Banco do Brasil S.A.	1.049.071	(63.141)	1.265.825	(24.085)
Banco Digio S.A.	620.518	(25.976)	443.424	(7.433)
Contas a receber				
Banco do Brasil S.A.	131.706	-	107.814	-
Banco Bradesco S.A.	100.399	-	69.105	-
Elo Serviços S.A.	-	-	-	-
BB Cartões	128	-	4	-
Cielo S.A.	169.796	-	143.775	-
Elo Participações Ltda.	9	-	-	-
Dividendos a pagar				
Elo Participações Ltda.	(113.978)	-	(64.955)	-
Outras contas a pagar				
Banco do Brasil S.A.	-	495	-	314
Banco Bradesco S.A.	-	1.205	-	927
Alelo S.A.	-	-	(3)	-
Elo Participações Ltda.	1.049	15.481	(623)	17.937

(a) As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento, todos com liquidez diária estão apresentados no valor bruto.

23 Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos Administradores totalizaram R$ 705 (R$ 2.011 em 31 de dezembro de 2020) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R$ 13.340 (R$ 13.385 em 2020), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - pessoal".

A Sociedade dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e Administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 1.700 (R$ 1.241 em 2020), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - pessoal".

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 139.100 (R$ 139.100 em 31 de dezembro de 2020) representado por 139.100.000 (cento e trinta e nove milhões e cem mil) de ações, sendo 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil) de ações ordinárias e 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil) de ações preferenciais.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	2021		2020	
Acionista	**Quantidade de ações**	**Participação %**	**Quantidade de ações**	**Participação %**
Elo Participações Ltda.	139.100.000	100%	139.100.000	100%
Total	**139.100.000**	**100%**	**139.100.000**	**100%**

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituído o valor de R$ 2.799, totalizando a reserva legal em R$ 27.820, adequando ao limite de 20% do capital (R$ 25.021 em 31 de dezembro de 2020).

c. Outras reservas de lucros

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Sociedade e das projeções realizadas para os negócios no ano corrente, a Sociedade entende necessária a criação da reserva de expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações.

Em 30 de abril de 2021 foi realizado o pagamento de dividendos adicionais, consumindo o saldo total da reserva do ano de 2020, no montante de R$ 230.776.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da reserva estatutária era de R$ 341.933 (R$ 230.776 em 31 dezembro de 2020).

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária aprovou pagamento de dividendos no montante de R$ 295.731 (R$ 179.661 em 31 de dezembro de 2020), sendo R$ 64.955 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e R$ 230.776 de dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Sociedade provisionou dividendos no montante de R$ 113.978 em 31 de dezembro de 2021, referente à parte do lucro líquido do exercício de 2021 (R$ 64.955 em 31 de dezembro de 2020).

25 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	**2021**	**2020**
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) deduzido das participações no resultado	**681.782**	**397.710**
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**231.806**	**135.221**
Efeito no cálculo dos tributos:		
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	305	1.500
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.869	(47.845)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.746)	5.064
Participação nos lucros - funcionários	1.023	1.593
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	(54.050)	(24.173)
Incentivos fiscais	(8.181)	(4.110)
Outros valores (Custo de resgate de pontos/provisão para pontos doados)	61.046	56.965
Imposto de renda e contribuição social	**223.072**	**124.215**
Sendo:		
Impostos correntes	233.818	119.151
Impostos diferidos	(10.746)	5.064
	223.072	**124.215**

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	**Saldo em 31.12.2020**	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 31.12.2021**
Provisão para contingências fiscais	6.556	295	-	6.851
Provisão para contingências cíveis	237	9	-	246
Participação nos lucros - funcionários	5.015	1.023	-	6.038

Provisão para despesas administrativas	17.860	9.454	-	27.314
Provisão para perda esperada	616	1.869	-	2.485
Provisão de receitas/resgate	64.358	-	(1.217)	63.141
	94.642	**12.650**	**(1.217)**	**106.075**
Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	**94.642**	**12.650**	**(1.217)**	**106.075**
Receita de atualização de depósito judicial	(1.689)	-	923	(766)
IFRS 16	(503)	(1.610)	-	(2.113)
Total dos passivos diferidos	**(2.192)**	**(1.610)**	**923**	**(2.879)**
Total líquido dos impostos diferidos	**92.450**	**11.040**	**(294)**	**103.196**

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
Até 1 ano	70.378	25.800	96.178
Até 2 anos	45	16	61
Até 3 anos	5.075	1.827	6.902
Até 4 anos	33	12	45
Até 5 anos	7	3	10
	75.538	**27.658**	**103.196**

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2021, calculado considerando a taxa Selic de 2,75%, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R$ 94.623 (R$ 89.969 em 2020).

26 Receita operacional

	2021	**2020**
Receita de resgate de pontos (a)	2.788.046	1.890.188
Receita de *breakage* (b)	324.955	308.645
Receita *fee* utilização de plataforma	(27)	81
Receitas sobre comissão de vendas	50.201	32.706
Total	**3.163.175**	**2.231.620**
Receita bruta	3.163.175	2.231.620
Tributos	(294.789)	(207.102)
Receita operacional	**2.868.386**	**2.024.518**

(a) A Sociedade oferece aos seus parceiros o direito de resgate por meio da emissão de pontos que são registrados no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Desta forma, a receita de resgate de pontos, ocorre quando há resgaste de pontos com os parceiros do programa de pontuação Livelo.

(b) Refere-se à receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage.*

27 Custo com resgate de pontos

	2021	2020
Operações com resgate de pontos	(2.171.871)	(1.528.511)
Serviços de hospedagem e manutenção do portal	(27.332)	(32.271)
Serviços profissionais de prevenção a fraude	(18.833)	(18.652)
PIS e COFINS não cumulativo	219.313	147.782
	(1.998.723)	**(1.431.652)**

28 Despesas operacionais - Pessoal

	2021	2020
Salários	(50.805)	(39.361)
Gratificação	(19.749)	(15.256)
Encargos sociais	(18.750)	(13.982)
Benefícios	(13.083)	(9.730)
Treinamento	(3.923)	(1.667)
Despesas diversas de pessoal	(3.150)	(2.316)
	(109.460)	**(82.312)**

29 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com infraestrutura (a)	(93.373)	(68.462)
Despesas de marketing (b)	(71.711)	(67.641)
Depreciações e amortizações	(5.237)	(6.180)
Serviços de terceiros	(1.404)	(2.114)
Despesas com atividades compartilhadas (c)	(15.481)	(17.937)
Honorários profissionais	(39.367)	(20.884)
Despesas de aluguel e manutenção	(2.090)	(2.380)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(434)	(1.145)
Despesas com material de escritório e assinaturas	(407)	(442)
Despesas com telefonia	(396)	(291)
Outras despesas	(9.962)	(5.615)
	(239.862)	**(193.091)**

(a) Refere-se substancialmente à infraestrutura da central de atendimento e manutenção e suporte de informática.
(b) Refere-se substancialmente à campanha de divulgação da marca por meios de comunicação.
(c) Pagamento correspondente a atividades compartilhadas com a Elo Participações Ltda. (CAC).

30 Outras receitas/(despesas)

	2021	2020
Venda ativo imobilizado	6	-
Provisão para perdas esperadas (a)	(6.628)	142.310
Custo venda ativo imobilizado e intangível	-	(736)
Outras despesas operacionais (a)	(158)	(141.010)

	(6.780)	**564**

(a) A Livelo efetuou a reversão de provisões e o consequente reconhecimento de perdas no montante de R$ 141.006.

31 Resultado financeiro

	2021	**2020**
Aplicações financeiras	177.893	93.577
Atualizações financeiras	-	(12)
Outras receitas	4.252	7.855
Total de receitas financeiras	**182.145**	**101.420**
Descontos concedidos	(12)	-
Atualizações financeiras	(2)	-
Variação cambial negativa	-	(102)
Despesas bancárias	(996)	(372)
PIS e COFINS sobre a receita financeira	(8.472)	(4.720)
Outras despesas	(4.442)	(16.543)
Total de despesas financeiras	**(13.924)**	**(21.737)**
Resultado financeiro	**168.221**	**79.683**

32 Gerenciamento de risco

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e Presidência da instituição. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na EloPar de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da instituição. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para o grupo. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e

por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta no risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

Risco operacional e reputacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional e risco reputacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Instituição. A existência da área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da "EloPar" controladora da Sociedade.

Gestão de capital

A atividade de gerenciamento de capital é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Livelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

33 Cobertura de seguros

A Sociedade tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 25.395 (R$ 7.908 em 2020) para danos materiais e R$ 100 (R$ 200 em 2020) para responsabilidade civil.

34 Outras informações

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o surto do novo coronavírus (COVID-19) constituiu uma emergência de saúde pública de importância internacional. As consequências do surto, incluindo as importantes decisões de governos e iniciativa privada, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem, na sua extensão, gerar impacto relevante nos valores apresentados nas demonstrações financeiras. Ao longo de 2021 foram observados também desenvolvimentos mitigadores dos efeitos do surto, com a vacinação se tornando disponível a grandes

parcelas da população, permitindo uma retomada gradual das atividades, todavia ainda sujeita a recuos em razão de novos desenvolvimentos de tal vacinação e da própria evolução do vírus causador do surto.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto, da vacinação e da retomada gradual nas operações e na posição patrimonial e financeira da Sociedade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar tais impactos nas operações e nas demonstrações financeiras, visando a proteção dos índices de solvência e do patrimônio da Sociedade.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas em resposta às incertezas que se apresentaram em função do surto:

- Cuidado com pessoas: trabalho 100% remoto desde março 2020, via home office e sustentado ao longo de 2021 sem impactos operacionais, com a nossa central trabalhando de forma remota, com condições de realizar suas atividades plenamente e sem perda de qualidade.
- Focados sempre na comunicação, excelência operacional e atenção aos nossos clientes e participantes, a Livelo busca a melhor experiência em nossos produtos e serviços, bem como fornecer o melhor atendimento para nossos clientes, participantes e sociedade, sempre com clareza em nossas ações e tratativas.
- Na Livelo, buscamos garantir e manter a consistência do nosso resultado financeiro, com a completa gestão de riscos, acompanhamento diário de volumes, controle de cenários de stress, modelo restritivo de despesa, planejamento e priorização dos projetos, monitoramento das operações e indicadores chave. Estamos focados, além da sustentabilidade do negócio, no apoio a nossos clientes e na experiência do programa, fornecendo suporte e estabilidade a participantes, sociedade e acionistas.

35 Eventos subsequentes

Não foram registrados eventos subsequentes até a data do encerramento dessa demonstração financeira.

LIVELO S.A.

Andre Fehlauer
Diretor Presidente

Esther Dalmas
Diretora Executiva

Leandro Jose Susin
Diretor Executivo

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos
Contador
CRC 1SP225353/O-0

* * *